



**FAXINFORME**

**CLIPPING**



**Tiragem:** 27.259

**Área:** 1356cm<sup>2</sup>/ 51%

**Data:** 01.09.2012

**Tipo:** Jornal Nacional Diário

**Secção:** Nacional

**FOTO**

**Cores:** 4 Cores **Pág:**1;20;21



**Rentrée judicial.  
Submarinos, Face  
Ocultas, secretas,  
Duarte Lima  
e Isaltino**

// PÁGS. 20-21





Zoom // Férias judiciais

# Justiça. Os temas quentes regressam à barra dos tribunais

As férias judiciais acabaram. O ponto de situação da nossa justiça mostra que os julgamentos quentes estão para durar

SÍLVIA CANECO [silvia.caneco@ionline.pt](mailto:silvia.caneco@ionline.pt)

Em 2012-2013 não vão faltar temas quentes na justiça. O ano judicial reabre com dois casos a envolver o clube de Alvalade: primeiro há a sentença do caso Sporting/João Pinto, depois a conclusão do inquérito que dirá se Paulo Pereira Cristóvão é acusado de desviar dinheiro do clube. O Bragaparques vai para julgamento em Setembro e o caso Freeport, ainda à espera de uma decisão do Ministério Público, já esteve mais longe de ser arquivado. Há contrapartidas de submarinos para julgar, aquisições para investigar e documentos por descobrir. Há inquéritos por terminar no caso do BPP e continuação da saga dos espões, conhecida como caso das secretas; no Face Oculta vão ser ouvidas mais 400 testemunhas. Duarte Lima tem dois julgamentos pela frente, a Isaltino Moraes já só resta um recurso. E quando muitos destes casos terminarem, Pinto Monteiro já não será PGR.

## Submarinos:

Enquanto não se encontra o rasto dos documentos desaparecidos no Ministério da Defesa e o ex-ministro da Defesa, Paulo Portas, vai falando de notícias que emergem e outras que submergem, está marcado para 17 de Setembro o início do julgamento das contrapartidas dos submarinos. Neste processo está em causa um contrato de contrapartidas celebrado entre Portugal e a German Submarine Consortium (GSC) para a compra dos submarinos "Arpão" e "Tridente", em 2004. São acusados três administradores alemães da empresa multinacional Man Ferrostaal e sete empresários portugueses ligados a empresas de componentes mecânicos. Na Alemanha, a empresa e seus gestores já foram condenados por suborno neste negócio. Por cá, o processo principal – sobre o contrato de aquisição dos submarinos – continua em banho-maria no DCIAP, à espera que cheguem respostas às várias cartas rogatórias.

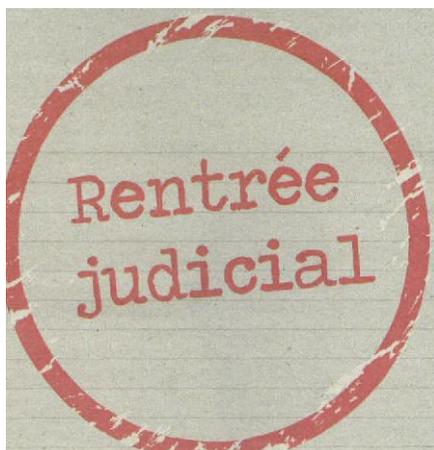
## Freeport:

Era para ter terminado no início do Verão com a leitura da sentença – que viria a ilibar os dois únicos acusados, Manuel Pedro e Charles Smith –, mas a extração de uma certidão para que sejam averiguados alegados pagamentos ilegais dentro do Ministério do Ambiente para que o outlet fosse aprovado voltou o disco e tocou o mesmo: a novela irá prolongar-se após as férias judiciais. Fazem-se as contas: prescreveu ou não prescreveu? Vai ou não ser arquivado? À parte isto, Lopes da Mota, ex-presidente do Eurojust que se demitiu na sequência de alegadas pressões aos titulares do processo, continua à espera da decisão do último recurso que entregou no Supremo Tribunal Administrativo para tentar anular a condenação a suspensão por 30 dias.

## Secretas:

Na história de espões pouco cuidadosos, o primeiro capítulo da *rentrée* girará em torno de Nuno Vasconcellos, o presidente da Ongoing acusado de corrupção activa no caso das secretas. Vasconcellos quer "separar-se" de Silva Carvalho e fez um pedido de abertura de instrução para que o seu processo seja desvinculado do principal, onde estão em causa crimes de abusos de poder, acesso ilegítimo a dados pessoais e violação do segredo de Estado, por suspeitas de que o superespão terá passado à Ongoing informações secretas obtidas nos serviços de informações. Cabe ao juiz de instrução decidir se Vasconcellos avança sozinho. No requerimento de abertura de instrução, a defesa empenha-se em arrasar a acusação do Ministério Público, acusando-a de ser inventada, e "pregada a martelo (com a fragilidade de um post-it)". No Verão, até as analogias acalmaram na página de Facebook do ex-director do SIED: não houve notícia de posts como aquele do panda grande e gordo (o do "Kung-Fu") que marcou o anedotário pré-silly season.

## Isaltino Moraes:



As notícias não são muito diferentes das que poderíamos ter dado no fim do Verão de 2011, se tivéssemos feito uma antevisão dos próximos capítulos judiciais. O presidente da Câmara de Oeiras continua em liberdade porque... ainda há um recurso pendente. A diferença é que, desta feita, o fim da novela parece estar cada vez mais próximo, já que os especialistas concordam ser a última cartada possível nos tribunais portugueses. Falta apenas o Tribunal Constitucional decidir se houve alguma inconstitucionalidade na sentença que o condenou a dois anos de prisão efectiva, em Julho de 2010, no processo relacionado com as contas na Suíça. Se o tribunal lhe der razão, o caso vai voltar a arrastar-se. Caso contrário, assim que a decisão transitar em julgado, o autarca deve começar a cumprir a pena de prisão, sem questões processuais pendentes que permitam a sua libertação 23 horas depois.

### Caso Cardinal:

O ano judicial deve reabrir com novidades em torno do clube leonino e do chamado caso Cardinal. Paulo Pereira Cristóvão, ex-vice-presidente do Sporting suspeito de se apropriar ilícitamente de dinheiro do clube no exercício das suas funções, foi indiciado em Junho pelos crimes de denúncia caluniosa, devassa da vida privada através da informática, burla qualificada, peculato e branqueamento de capitais. Em breve, a 9.ª Secção do DIAP de Lisboa deve concluir o inquérito e saber-se-á quem será acusado e por que crimes. O ex-dirigente leonino terá montado vários esquemas para ficar com dinheiro do clube durante o último ano: um deles terá passado pela contratação, pelo Sporting, de pelo menos duas empresas de consultoria que estão em nome de duas pessoas que lhe são próximas. Pela prestação dos serviços dessas empresas, o Sporting pagava 8 mil euros por mês. As autoridades suspeitam que pelo menos parte desse dinheiro terá ido parar às mãos de Cristóvão.

### Duarte Lima:

Para Duarte Lima, teremos de aguardar dois desfechos. O ex-deputado do PSD continua em prisão domiciliária com pulseira electrónica, enquanto espera pela

marcação do julgamento relacionado com a compra de terrenos em Oeiras através de um fundo do BPN e pela continuação da fase instrutória de outro julgamento no Brasil. No primeiro caso, Duarte Lima é suspeito dos crimes de burla qualificada, fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais: a burla terá lesado o BPN em 48 milhões de euros. Em Novembro faz um ano que foi detido. No segundo caso, o advogado e antigo deputado é acusado do homicídio de Rosalina Ribeiro, ex-companheira do milionário Tomé Feteira. A continuação da fase instrutória está marcada para 5 de Setembro.

### BPP:

O processo principal relacionado com o Banco Privado Português (BPP) e que tem como figura central João Rendeiro, fundador e ex-presidente da instituição, deve estar terminado até ao final do ano. Os investigadores suspeitam dos crimes de branqueamento de capitais, burla qualificada, fraude fiscal e falsificação de documentos. Entretanto, o Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa já arquivou outros cinco processos relacionados com o banco "por, após a realização das necessárias diligências de investigação, se ter concluído pela inexistência de crime ou de indícios suficientes da sua prática". Sobram outros quatro além do principal, com dados que foram conhecidos há mais de três anos. Em Junho, o Banco de Portugal concluiu que João Rendeiro criou offshores para manipular os resultados do BPP e deduziu acusação contra diversas pessoas colectivas e singulares ligadas àquela instituição financeira.

### Face Oculta:

O caso fez abrir uma excepção e levou juizes e procuradores ao tribunal de Aveiro em plenas férias judiciais: o julgamento foi retomado em Agosto para evitar que estivesse parado mais de 30 dias. A próxima sessão está marcada para 4 de Setembro. Em causa no megaprocessado que fez levantar a polémica em torno da destruição das escutas em que intervém Sócrates está uma alegada rede de corrupção que teria como objectivo o favorecimento do grupo empresarial do sucateiro Manuel Godinho nos negócios com empresas privadas e do sector empresarial do Estado. E sentam-se no banco dos réus 36 arguidos, entre eles Armando Vara, ex-administrador do BCP, José Penedos, ex-presidente da REN, e o filho Paulo Penedos. Apesar da aceleração na marcação das sessões, o caso deve arrastar-se por 2013 adentro e, provavelmente, não terminará aí: já foram ouvidas mais de 100 testemunhas, mas ainda faltam umas 400.

### Caso Bragaparkes:

Já tinha sido julgado, mas volta à sala de audiências no dia 25 de Setembro, depois de o tribunal da Relação de Lisboa ter ordenado a repetição. O caso está relacionado com a troca de terrenos do Parque Mayer pelos da Feira Popular e tem entre os arguidos Car-



mona Rodrigues, ex-presidente da Câmara de Lisboa, e os ex-veredores Fontão de Carvalho e Eduarda Napoleão. Em 2005, a autarquia lisboeta resolveu trocar metade da Feira Popular (propriedade da câmara) pelo Parque Mayer, de que era proprietário o grupo Bragaparkes. Depois vendeu em hasta pública a outra metade da Feira Popular ao mesmo grupo. Feitas as contas, terão saído dos cofres da autarquia cerca de 10,3 milhões de euros que beneficiaram a empresa administrada por Domingos Névoa. O empresário foi condenado a cinco meses de pena de prisão suspensa pela alegada tentativa de suborno a José Sá Fernandes, mas a defesa invoca a nulidade do acórdão, argumentando que o processo já prescreveu.

### **Sporting/João Pinto:**

De todos os casos mediáticos da lista, é deste que se vai conhecer primeiro o final: a leitura da sentença

está marcada já para 5 de Setembro. Nas alegações finais, o Ministério Público pediu a condenação de João Pinto, José Veiga, Luís Duque, presidente da Sporting SAD na altura dos factos, e Rui Meireles, então director financeiro, pela prática dos crimes de fraude fiscal e branqueamento de capitais na contratação do ex-futebolista pelo Sporting, em 2000. Segundo o Ministério Público, os arguidos agiram em conjunto para promover um esquema que terá permitido a João Pinto não pagar impostos no Sporting através da Goodstone, empresa do Reino Unido, lesando o Estado em 700 mil euros. A procuradora defendeu ainda que os 500 mil euros retidos pelo Tribunal Central de Instrução Criminal noutro processo movido contra João Pinto e entretanto desbloqueados devem ser declarados a favor do Estado.





**FAXINFORME**

**CLIPPING**



**Tiragem:** 27.259

**Área:** 1356cm<sup>2</sup>/ 51%



**Data:** 01.09.2012

**Tipo:** Jornal Nacional Diário

**Secção:** Nacional

**FOTO**

**Cores:** 4 Cores **Pág:**1;20;21

